

Reeleição e contas externas afetarão economia

Para o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, governo FH ganhará forças para fazer as reformas necessárias à estabilidade se possibilidade de tentar um segundo mandato for aprovada logo

O debate sobre a reeleição e as contas externas devem condicionar a política econômica em 1997 e, possivelmente, no ano que vem, avalia o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo (USP), um dos nomes mais respeitados da nova geração de economistas. Se a reeleição for aprovada em pouco tempo e o presidente Fernando Henrique Cardoso puder candidatar-se, o Executivo ganhará força para conduzir as reformas. Se o Executivo se enfraquecer, as mudanças que devem complementar a estabilização ficarão muito mais difíceis.

Ao insistir no tema da reeleição, porém, o governo fez uma aposta perigosa, diz o economista. Além disso, a discussão do tema, neste momento, mostra que as instituições continuam frágeis e sujeitas a interesses de ocasião.

A inflação deverá continuar em queda e o crescimento da economia provavelmente ficará entre 3% e 4%, estima Giannetti. Para ele, o País ganhará muito se 1997 se transformar num grande ano para as privatizações, incluída a da Companhia Vale do Rio Doce. Eduardo Giannetti da Fonseca falou ao Estado em dezembro, numa entrevista a Rolf Kuntz.

Estado — Como deve ser a agenda econômica do governo para 1997?

Eduardo Giannetti da Fonseca — Vejo dois fatores que vão condicionar muito a política econômica. O primeiro deles, de ordem econômica, está ligado ao desempenho das contas externas e particularmente ao comportamento da balança comercial. O segundo, de natureza política, é ligado ao que ocorrerá com a emenda da reeleição. Há duas datas importantes nesse processo: uma em fevereiro, quando muda a presidência da Câmara e do Senado, e outra em outubro, prazo final para estar ou não aprovada a emenda da reeleição, se a mudança for aplicada aos atuais governantes. No pior cenário, o de uma deterioração nas contas externas e não aprovação da emenda, eu acredito que o governo será forçado a lançar mão de políticas defensivas para dar sustentação à estabilidade monetária e à própria paridade do real. A defesa do real num cenário negativo — estou

pensando no caso pior — vai levar a economia a um crescimento muito baixo e provavelmente a um período recessivo. No melhor cenário, com as contas externas se mantendo em situação de equilíbrio e o governo conseguindo aprovar em tempo hábil a emenda da reeleição, talvez até no primeiro semestre, até mesmo antes de fevereiro, eu acho que o quadro econômico ficará mais tranquilo. Mas mesmo assim teremos um ano de crescimento, eu diria, moderado. A economia não está preparada para um crescimento sustentável e acelerado, na minha visão, nos próximos dois anos.

Estado — "Não deterioração das contas externas" significa manutenção de um déficit facilmente financeável?

Giannetti — Isso inclui o déficit em transações correntes se mantendo numa faixa entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), os investimentos diretos estrangeiros continuando na trajetória de crescimento, a privatização trazendo recursos externos e o País, portanto, sendo percebido como um espaço econômico atraente para recursos estrangeiros.

Estado — Por que o destino da emenda sobre a reeleição será decisivo para a definição da política?

Giannetti — Essa é uma questão delicada e eu acho que o Brasil está diante de um dilema muito difícil. Acho que, se a emenda da reeleição não for aprovada, isso terá duas implicações. Primeira, um enfraquecimento do Executivo Federal, com uma dificuldade muito maior do governo Fernando Henrique Cardoso para levar adiante as reformas. Ao entrar com a proposta da reeleição, o governo aumentou a aposta e o que está em jogo é se a segunda metade do mandato será com capacidade executiva reforçada ou se vai

pacto muito grande, a curto prazo, no desempenho das exportações. No primeiro momento, isso deverá elevar a rentabilidade de segmentos do setor exportador e apenas depois, se tudo correr bem, esse aumento de rentabilidade se traduzirá em maiores investimentos e maior presença no mercado mundial. Outra coisa que estava dando certo aliado ao setor exportador e agora não mais, ou pelo menos não tanto, é o diferencial entre o juro interno e o juro externo. Isso compensava a diferença do financiamento, claramente preferível a hipótese do Executivo, diminuiu a incerteza quanto à sucessão. É um dilema porque os mercados, particularmente o financeiro, claramente preferem a reeleição do Executivo, diminuiu a probabilidade de uma moeda estável. A grande questão, agora, é se a estabilidade monetária é uma bandeira de quem, a quem interessa e quais são as forças políticas capazes de sustentá-la?

Giannetti — Acho que o Plano Real, hoje, é uma bandeira da sociedade brasileira, que aprendeu a dar mais peso à importância da conquista de uma moeda estável. A grande questão, agora, é se a estabilidade monetária é uma bandeira de quem, a quem interessa e quais são as forças políticas capazes de sustentá-la?

Giannetti — Não vejo como essas propostas possam ser implementadas sem um Executivo forte e com capacidade de liderança e de criação de consenso. Eu não vejo essas reformas saindo por um consenso espontâneo da sociedade e muito menos de segmentos organizados da sociedade.

Estado — Ou seja, há um descompasso entre uma agenda que as pessoas racionalmente podem reconhecer como desejável e as instituições pelas quais essas reformas devem ser feitas?

Giannetti — Eu acredito que sim. No abrigo, nós estamos todos de acordo, sempre fomos muito bons nesse tipo de consenso abstrato e de princípios. Mas quando se chega ao circunstancial, ao interesse de cada setor, de cada segmento, de cada grupo específico da sociedade, o político e a incapacidade de desfazer isso não acabam predominando. Em outras palavras e colocando em míticos, há uma resistência à mudança muito arraigada e muito

ao qual o Plano Real ainda não passou é mostrar que ele é compatível com a expansão sustentada da economia. A estabilização vai estar concluída quando retornarmos o crescimento de forma sustentada sem sacrifício com isso a estabilidade monetária. Não vencemos esse teste enquanto não avançarmos muito mais no campo das reformas administrativas, previdenciárias e tributárias na modernização da infraestrutura e assim por diante.

Estado — O vínculo entre as reformas constitucionais e a figura do

HÁ UMA RESISTÊNCIA À MUDANÇA MUITO ARRAIGADA E MUITO FORTE NO BRASIL

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos nesse processo. Há muitos segmentos da chamada classe política querendo transformar esses recursos em novos investimentos, mas não é essa a posição da equipe econômica que, corretamente, prefere usar o dinheiro num saneamento e numa redução, ainda que na margem, do endividamento interno. Os juros em queda também podem auxiliar uma redução do déficit operacional consolidado (isto é, de todo o setor público, federal, estadual e municipal). Esse processo ocorreu em 1996 e talvez ainda haja mais espaço, um pouco pelo menos, para continuar ocorrendo em 1997. Na questão do funcionalismo, gerou-se argumentos econômicos da privatização são basicamente três. Um deles é que você

finalmente o processo de privatização no Brasil seja acelerado. A grande disputa, hoje, é quanto ao uso dos recursos recebidos